



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão de:
Finanças, Orçamento e
Tomada de Contas

Sala das Sessões 01/12/03

A Comissão de:
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 01/12/03

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N.º 050 / 2003.

PRESIDENTE

A Comissão de:
Serviços Públicos Municipais
Sala das Sessões 01/12/03

PRESIDENTE

AUTORIZA A CONCESSÃO DE MORATÓRIA GERAL PARA PAGAMENTO DA TAXA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Guanhanes:

Faço saber que a Câmara Municipal de Guanhanes
aprovou e eu sancionei a seguinte Lei Complementar

Art. 1º. A presente Lei trata da autorização de concessão de mora, na forma do art. 60 e seguintes da Lei Municipal n.º 2.012 de 24 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal de Guanhanes, no pagamento das taxas previstas no inciso III, do art. 342.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal de Guanhanes autorizado a promover moratória dos valores taxas previstas no inciso III, do art. 342 da Lei Municipal n.º 2.012 de 24 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal de Guanhanes e item 3 da Tabela VII da mesma lei.

Art. 3º. A moratória será concedida:

I - em caráter individual, mediante pedido do contribuinte devidamente protocolizado na administração;

II - aplicada aos contribuintes notadamente carentes que deverão expedir "declaração de pobreza" que ficará arquivada pelo fisco municipal;

III - o número máximo de parcelas será de 04 (quatro) para cada pedido;

IV - A moratória será concedida pelo Prefeito Municipal mediante deferimento no próprio documento de pedido do contribuinte;

V - em todos os casos será obedecido o disposto nos artigos 60, 61, 62 e 63 da Lei Municipal n.º 2.012 de 24 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal de Guanhanes.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

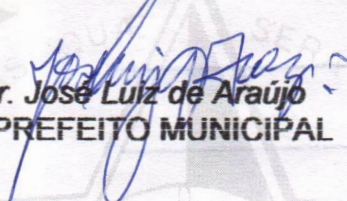
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º. A moratória autorizada somente terá validade sobre os tributos descritos no art. 2º da pela presente lei aplicando-se sobre o previsto no inciso III, do art. 342 da Lei Municipal n.º 2.012 de 24 de dezembro de 2002 - Código Tributário Municipal de Guanhanes e item 3 da Tabela VII da mesma lei para "perpetuidade - Sepultura rasa e mausoléu perpétuo".

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Guanhanes, 28 de novembro de 2003.


Dr. José Luiz de Araújo
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 10 discussão

Sala das sessões 08/12/2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões 08/12/03

[Assinatura]
PRESIDENTE

PARECER DA COMISSÃO DE

Finanças, O. J. Contas

Após analisarmos o Projeto de Lei nº 50/2003

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO e nesta data o devolvemos à MESA DIRETORA para as considerações finais.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães

aos 08 de Dezembro de 2003



[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

PARECER DA COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação

Após analisarmos o Projeto de Lei nº 50/2003

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO e nesta data o devolvemos à MESA DIRETORA para as considerações finais.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães

aos 08 de Dezembro de 2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

PARECER DA COMISSÃO DE

Serviços Públicos Municipais

Após analisarmos o Projeto de Lei nº 50/2003

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO e nesta data o devolvemos à MESA DIRETORA para as considerações finais.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães

aos 08 de Dezembro de 2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Os contribuintes carentes que necessitam dos serviços públicos previstos no inciso III, do art. 342 da Lei Municipal nº. 2.012 de 24 de dezembro de 2002- Código Tributário Municipal de Guanhanes e item 3 da Tabela VII da mesma lei para “perpetuidade – Sepultura rasa e mausoléu perpétuo” tem procurado a administração para parcelar o valor da taxa que hoje é de R\$ 325,00.

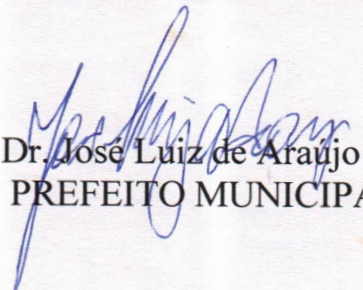
A presente lei proporcionará mais dignidade às famílias carentes que necessitem dos referidos serviços pois possibilitará às mesmas cumprir com a obrigação tributária dentro de suas condições financeiras.

O nosso Código Tributário prevê a possibilidade do parcelamento quando dos artigos 60 e seguintes.

Sendo uma reivindicação popular, resolvemos submetê-la à apreciação deste Respeitável Plenário com vistas à aprovação.

Cordialmente,

Guanhanes, 28 de novembro de 2003.


Dr. José Luiz de Araújo
PREFEITO MUNICIPAL